

Pratini quer renegociação política da dívida externa

Luciano Andrade

Brasília — Após passar uma semana nos Estados Unidos, onde conversou com representantes da cúpula do establishment político-econômico, o Deputado Marcus Vinícius Pratini de Moraes (PDS-RS) voltou convencido de que "a renegociação da dívida externa tem que ser política; o aumento das taxas de juros ocorre sob evidente contradição quanto à política monetária entre o que pensam a Casa Branca, o Tesouro e o Federal Reserve Board (Banco Central)".

Pratini, que foi a Washington na companhia dos senadores Saturnino Braga (PDT-RS) e Nelson Carneiro (PTB-RJ) e do Deputado José Carlos Fonseca (PDS-ES), advertiu parlamentares americanos de que "a preservação da democracia na maioria dos países da América Latina pode estar seriamente em risco caso não haja uma solução negociada para o problema de longo prazo dessas nações".

A missão de observação e diálogo junto aos americanos teve a chancela do Parlamento Latino-americano (presidido por Nelson Carneiro) e incorporou a participação de 29 parlamentares da Argentina, Peru, Equador, Venezuela, México, Antilhas Holandesas e República Dominicana.

Pratini — que ao lado de Saturnino tornou-se porta-voz do grupo — perguntou ao diretor executivo do FMI, Jacques de Larosière, como se explicava o que chamou de "má simetria" da política receitada pelo fundo. "Os senhores desenham uma política de ajustamento para solucionar a crise do balanço de pagamentos e reduzir a inflação como forma de fortalecer a capacidade de exportar. Mas na realidade a prática está gerando uma inflação maior, menores possibilidades comerciais e o empobrecimento dos países, que se transformam em exportadores de capital".

Discrepâncias

Segundo o Deputado, não se obteve resposta convincente, especialmente quando contrapositionou dizendo que "a elevação das taxas de juros nos Estados Unidos é fruto de problemas domésticos americanos, e sua consequência é anular qualquer resultado obtido no programa de estabilização recomendado pelo FMI".

Pratini de Moraes revelou que comprovou a existência de evidentes discordâncias entre a política monetária advogada por cada setor influente na vida político-econômica do país: "A Casa Branca seria mais generosa, admitiria uma política mais frouxa, permitiria uma expansão maior da base monetária e taxas de redescos para os bancos mais condiscendentes; o Tesouro, por sua vez, está preocupado com seu enorme déficit fiscal, e deseja financiá-lo; e o Fed é implacável, rigoroso".

Contou um exemplo dessa discrepância: "No dia em que estávamos visitando o Sr Robert McNamar, subsecretário do Tesouro para assuntos de comércio internacional, ele nos garantiu que os juros não subiriam mais. Poucos minutos depois ele mesmo nos comunicou que o Fed havia feito uma correção de 0,5%". Assim, ele e os demais colegas viajaram de volta convencidos



Pratini vê ameaça à democracia na América Latina

de que o déficit fiscal americano não explica integralmente por que os juros aumentam.

Esse depoimento, Pratini e os outros três políticos brasileiros pretendem prestar esta semana ao Presidente Figueiredo, a quem vão pedir audiência para externar seus pontos de vista. Uma de suas sugestões, segundo Pratini, é apoiar a nova estratégia de renegociação da dívida externa já adotada por Figueiredo, que reserva um papel relevante à utilização da diplomacia.

Problema político

"A dívida externa tem sido tratada exclusivamente do ponto de vista técnico-econômico, mas hoje é um problema político e crítico, na medida em que os parâmetros de renegociação ficaram socialmente inaceitáveis. Chegou o momento de mudar de referencial", reconhece ele. "Os novos termos implicariam necessariamente na maior participação de recursos públicos por parte dos credores e mudanças nos rumos de sua política monetária, exageradamente contracionista. A verdade é que não é suficiente negociar só com os banqueiros. Ora, os banqueiros não aumentam os juros. Eles aumentam porque o Fed aumentou primeiro. Então, é necessário sensibilizar o Governo que tomou a decisão original".

Exemplificando com a questão do aço brasileiro, o Deputado do PDS lembra que, ao sobretaxarem um produto no qual o Brasil dispõe de evidente vantagem comparativa, os Estados Unidos tornam inexorável a retaliação. A propósito desta possibilidade, tramita na Câmara, com parecer que ele espera seja favorável na Comissão de Justiça, um projeto de sua autoria que autoriza o revide comercial por parte do Executivo. "As políticas econômicas dos países industrializados" — avisa Pratini — "podem ser responsáveis por algo muito sério e grave, como a exacerbada do nacionalismo econômico ao nível da irracionalidade nos países vítimas de fechamento de mercados para suas exportações. E isso não interessa a ninguém".